

UM PANORAMA DA ECONOMIA DO BRASIL NO SÉCULO XIX

META

Propor o estudo da economia do Brasil no século XIX, destacando as mudanças ocorridas a partir da segunda metade desse período, especialmente no tocante à lavoura cafeeira e a indústria, sob o impulso do capitalismo mundial.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

- avaliar os efeitos da cafeicultura na definição dos novos rumos da economia do país;
- situar a contribuição de outras atividades na formação desse panorama econômico
- analisar o processo de industrialização iniciado no Brasil no século XIX no contexto do desenvolvimento do capitalismo europeu;



Colheita de café na floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, em gravura de Debret. (Fonte: Bueno, 2002, p.197).

INTRODUÇÃO

Caro aluno. No curso de História do Brasil I, na parte referente à economia colonial, vocês constataram a importância da grande lavoura de açúcar no processo de formação da economia e da sociedade brasileira. Ficaram sabendo também que, após um período de pouco mais de metade de um século (o XVIII), quando a descoberta e exploração de minas de ouro monopolizaram os interesses e ditaram os rumos da política econômica, foi novamente a agricultura que deu a base para o Estado que se começava a organizar no Brasil.

O nosso período de estudo – o século XIX – comporta ao menos duas fases marcantes da história econômica do país: a que corresponde à primeira parte do século, com predomínio da tradicional lavoura canavieira, acrescida do algodão, e aquela que se inicia por volta exatamente da metade do período, quando o êxito da produção e exportação do café cria condições para os novos rumos que tomou a economia e a sociedade brasileira, sob a égide do capitalismo.

É disso que vamos tratar na aula de hoje.

No livro que organizaram sobre a História da Agricultura Brasileira, Linhares e Teixeira da Silva distinguem três momentos segundo os quais

se pronunciou uma “crise” de transição do sistema sócio-econômico (brasileiro), refletindo-se no nível das idéias e exigindo, de certa forma, uma tomada de posição por parte de indivíduos e setores importantes da comunidade e da intelectualidade”. Esses momentos são por eles caracterizados “por uma certa “conscientização” [...] de camadas intelectualmente dominantes quanto aos problemas de base do país: a relação entre a produção, o trabalho e o Estado. Eles se caracterizam também pelo debate, pelo tom polêmico e programático, em que o Brasil e os seus males constituíam a tônica das preocupações. O primeiro desses momentos foi a virada do século XVIII para o século XIX, quando já se pronunciava a “crise” do sistema colonial: queda da produção de metais preciosos, retorno à agricultura, mudanças profundas no plano mundial (revolução americana, revolução francesa, revolução industrial inglesa, enfraquecimento acentuado do poder metropolitano, ascenso do liberalismo). Aos contemporâneos não escapou qualquer faceta dessa crise profunda que tocava à própria estrutura da sociedade colonial. O segundo dos momentos de debate e crítica ocorreu no meado do século XIX, quando a aceleração do desenvolvimento industrial na Europa e nos Estados Unidos corresponde no Brasil a uma prolongada crise de abastecimento e de insuportável carestia dos gêneros alimentícios. Nesse instante, o país, cuja unidade nacional se consolidara, inicia um extenso movimento de reformas em vários

setores: abolição gradual do trabalho escravo, sistema financeiro, sistema fiscal, sistema administrativo e político”. (1981, p. 16)

A Segunda Guerra Mundial corresponde, segundo Linhares e Teixeira da Silva, a um terceiro momento de intensos debates “em torno das estruturas sociais e econômicas do país”.

Não sendo nosso propósito entrar em pormenores relativos aos debates mencionados pelos autores, fica a indicação do livro para posterior consulta. O que nos interessa é chamar a atenção para a importância do período em estudo: observem que o século XIX engloba dois dos três “momentos” apontados como críticos, no sentido de corresponderem a mudanças no sistema sócio-econômico brasileiro. Como em aula anterior já tratamos da crise do sistema colonial, vamos aqui priorizar o momento de transição por que passou o país na segunda metade do século, com foco na produção, tendo em vista que a questão do trabalho e do Estado serão objeto de estudo em aulas subsequentes.

Uma tendência muito em voga na historiografia costumava analisar a economia do Brasil ao longo do século XIX destacando a persistência dos traços básicos de uma economia escravista voltada para o mercado internacional.

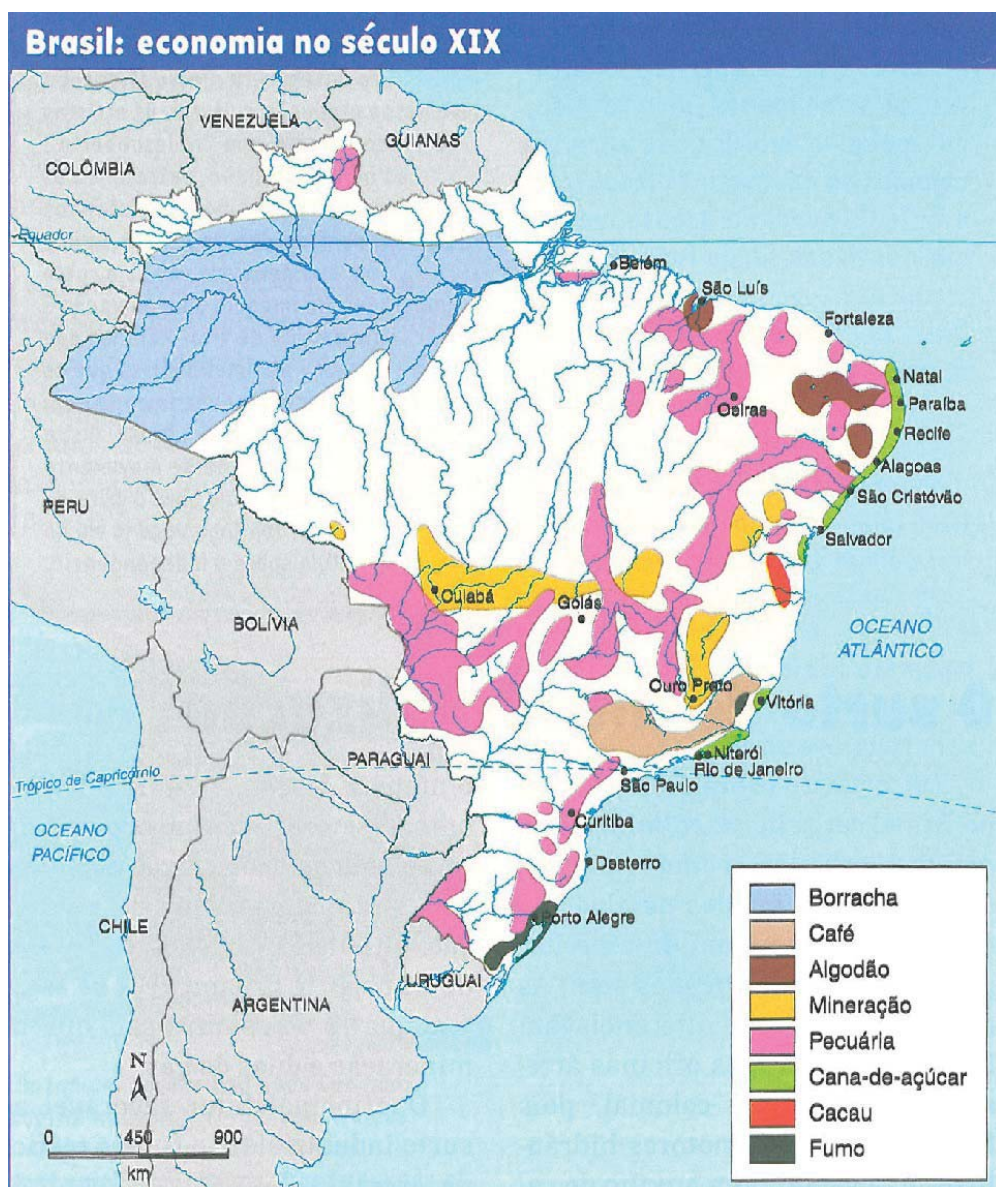
Assim sendo, segundo aquela visão tradicional, temos, no decorrer do século XIX, apenas uma mudança de produto. Ou melhor, a uma modificação na pauta de exportação corresponderia um deslocamento do eixo econômico, e com ele a transferência da concentração de escravos. Contudo, a economia continuaria escravista e dependente das flutuações externas. Este tipo de interpretação, apesar de conter boa parcela de razão, pode esconder outras informações presentes em outros dados globais. (Fragoso, 1990, p. 144).

Vamos a algumas delas, começando por reproduzir um quadro geral das exportações brasileiras nos primeiros anos da independência.

O açúcar, produzido nas províncias nordestinas, especialmente em Pernambuco e na Bahia, liderou a lista após a revolução de independência do Haiti (1801-05) e o bloqueio continental de Napoleão (1805-14) terem privado os consumidores europeus em grande parte, do açúcar antilhano, aumentando assim os preços do açúcar. O algodão, estimulado no final do século XVIII, pela companhia monopolística do Marquês de Pombal, nas províncias nortistas do Pará e do Maranhão, beneficiou-se com a guerra da independência dos Estados Unidos (1775-83), com as leis de embargo e de proibição de intercâmbio, de 1807-1810, e com a guerra de 1812-15, que privaram as indústrias têxteis inglesas do algodão norteamericano e deram oportunidade ao algodão do Brasil para alcançar

a segunda posição na lista de exportações. O terceiro produto pela ordem, o café, era o único recém-chegado da lista. Como o açúcar, o café se beneficiara com a retirada da oferta haitiana dos mercados mundiais. (Eisenberg, 1977, p. 32).

Embora seja comum entre os autores o uso da expressão “províncias nordestinas” durante o século XIX, o conceito de Nordeste não existia naquela época, pois é uma criação do século XX. No tempo do Império e início da República Velha, a geografia regional do Brasil era muito mais simples: havia apenas Norte e Sul. “Havia as províncias, depois estados, do norte, do Amazonas à Bahia, e as províncias, depois estados, do Sul, do Espírito Santo ao Rio Grande. Nada de nordeste, sudeste ou centro-oeste”. (Mello, 1984, p. 15).



(Fonte: Costa e Mello, 2008, p.411)

No caso do algodão, foram duas as fases de aumento significativo das exportações. A primeira, conforme registra Eisenberg, ocorrida entre o final do século XVIII e o começo do XIX, e a segunda, iniciada na década de 1860, com a Guerra de Secessão nos Estados Unidos e mantida, no período em análise, por causa da demanda de matéria prima pelas fábricas de tecidos que estavam sendo criadas no Brasil. Data também dessa fase o progresso ocorrido nas técnicas de beneficiamento, com a difusão dos descaroçadores modernos.

Organizada no século XVI, em torno da grande propriedade e do trabalho escravo, a atividade açucareira teve papel decisivo no avanço da colonização do Brasil. Com a garantia da venda do produto nos mercados europeus, via metrópole portuguesa, os engenhos rapidamente se reproduziram por terras litorâneas da Bahia e de Pernambuco, num processo temporariamente interrompido entre o final do século XVII e parte do século seguinte, quando a descoberta de metais preciosos deslocou o interesse dos colonos e da Metrópole para sua exploração. Embora o declínio das exportações de açúcar, iniciado em 1650, tenha persistido por cerca de 150 anos, elas voltaram a crescer no início do século XIX e continuaram em ascensão até o começo do século XX.

No entanto, é importante observar que, “a despeito da queda do volume de exportação de açúcar durante o século XVIII, o valor ganho nesta atividade quase que ininterrupta superou o valor produzido pela extração do ouro e diamantes no ciclo da mineração, 1700-1760”. (1977, p. 30). Ou seja, o açúcar continuou a sustentar a economia e a sociedade do Norte brasileiro.

Já a fase de retomada do aumento das exportações, ocorrida no século XIX, também foi marcada por sérias dificuldades: queda de preços, dura concorrência, e, no caso das tradicionais regiões produtoras, pela perda do trabalhador escravo: primeiro por causa do tráfico interno e, depois, em virtude do fim da escravidão, além dos problemas resultantes das frequentes secas.

No que diz respeito à concorrência, uma causa importante foi a produção do açúcar de beterraba na Europa. “Esta indústria, nascida no início do século XIX, para compensar a ausência do açúcar de cana colonial, determinada pelo bloqueio continental de Napoleão, conquistou a proteção governamental contra o açúcar de cana quando terminou o bloqueio e desenvolveu-se para satisfazer as necessidades domésticas. [...] Os produtores de açúcar de beterraba invadiram e conquistaram o mercado mundial; os produtores de açúcar de cana, que antes tinham mais de 90% do mercado mundial (ao redor de 1840) ficaram reduzidos a menos de 50% da demanda universal, pelo início do século XX”. (Eisenberg, 1977, p. 45-46).

O acesso ao mercado americano nas últimas décadas do século XIX, ao estimular as exportações do açúcar brasileiro, compensou em parte a

redução do mercado europeu, para o que também contribuiu o aumento das vendas para consumo interno. Só que, nesse caso, as regiões produtoras que formavam o então Norte agrário, tiveram que enfrentar também a concorrência de novas áreas produtoras de açúcar, localizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Já “as vendas somadas dos demais produtos da cana, como o rum, melaço e álcool, raramente correspondiam a mais de um quinto do valor das exportações do açúcar, ao tempo do Império. Tais produtos não tinham demanda internacional”. (Eisenberg, 1977, p. 53).

Tendo perdido desde a década de 1830 o posto de primeiro produto de exportação, o açúcar continuou dependente das técnicas de plantio praticadas nos tempos coloniais. No que diz respeito às operações industriais, mudanças mais significativas começaram a acontecer a partir da década de 1870. Máquinas a vapor, caldeiras a vácuo, centrífugas, são alguns dos equipamentos que identificam a modernização dos engenhos. É também a partir desse período que se registram os principais esforços do governo nacional e dos governantes locais, no sentido de promover a modernização através de subsídios a construtores de engenhos centrais e usinas.

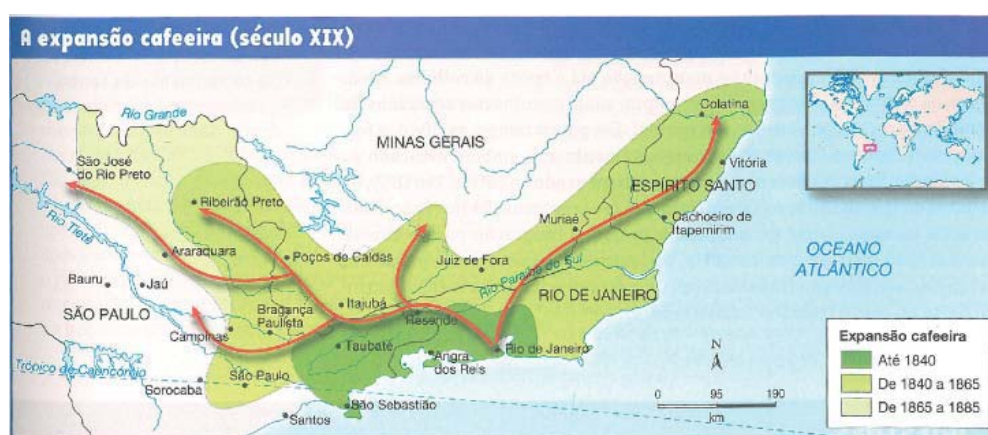
O engenho central implica, fundamentalmente, uma divisão do trabalho: os proprietários agrícolas cultivando a cana, em lugar de processá-las eles próprios, e remetendo-a para os engenhos centrais próximos. Este arranjo, segundo se esperava, promoveria o mais eficiente uso dos fatores de produção: cada plantação poderia dedicar seus recursos apenas à agricultura, assim criando facilidades a melhoramentos como o uso de fertilizantes, irrigação e mecanização. [...] Os proprietários dos engenhos centrais, por sua vez, poderiam dedicar a totalidade de seus recursos ao setor industrial, aprimorando o engenho com investimentos de capital. E não teriam de investir em canaviais. Os resultados seriam a cana mais barata e o açúcar mais competitivo. (Eisenberg, 1977, p. 111).

O fracasso dos engenhos centrais foi superado pelo aparecimento das usinas que permitiram, de fato, a modernização da agro-indústria canavieira, mas cuja execução extrapola o Império, portanto, nosso período de estudo.

Além do Norte agrário, com a produção de gêneros de exportação: açúcar e algodão, mas também o fumo e o cacau, outras áreas desenvolveram no século XIX atividades mais voltadas para o consumo interno, como é o caso de Minas Gerais, com a pecuária, a produção de panos de algodão, café e tabaco; as províncias do Sul (Rio grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), fornecedoras de gado e de charque também para o mercado interno; a região Centro-oeste (Goiás e Mato Grosso) com uma pecuária extensiva e mercantil. Na Amazônia, por outro lado, a uma produção para consumo local, acrescentaram-se atividades voltadas para o mercado externo, a exemplo da lavoura de cacau e o extrativismo da borracha. Ali predominou,

“ao longo do século XIX, uma economia caracterizada pela combinação em uma mesma empresa da agricultura e de subsistência com o extrativismo”. Segundo Fragoso, “a economia da Amazônia na segunda metade do século XIX é marcada pelo domínio da produção da borracha. Atividade extrativa ligada ao abastecimento do mercado industrial internacional, a demanda externa por essa matéria-prima cresceria sensivelmente após 1890, com a invenção do pneumático.” (1990, p. 176).

Para o estudo da economia cafeeira, vamos fazer uso de texto do livro *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, de Sérgio Silva, com enfoque na relação entre o café e a acumulação de capitais necessária para a implantação do capitalismo no país.



(Fonte: Costa e Mello, 2008, p.407)

ECONOMIA CAFEIEIRA

A produção brasileira de café cresceu muito rapidamente durante o século XIX. No começo da segunda metade do século, ela toma proporções muito importantes: a cifra se aproxima de 3 milhões de sacas em média por ano. A partir da década de 1870, e sobretudo a partir de 1880, quando a produção média anual ultrapassa os 5 milhões de sacas por ano, o café torna-se o centro de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. [...]

O rápido crescimento da produção cafeeira nas décadas de 1870 e 1880 é acompanhado por um deslocamento do centro geográfico das plantações: durante a década de 1880 a produção de São Paulo ultrapassa a produção do Rio de Janeiro, os planaltos de São Paulo praticamente substituem o Vale do Paraíba. Em 1852-1857, o porto de Santos não escoava mais que 6% da produção nacional do café, enquanto que o do Rio de Janeiro era responsável por 92% das exportações desse produto. Em 1867-1872, é ainda o porto do Rio de Janeiro que escoava 81% da produção cafeeira brasileira. Mas a partir

da década de 1870, a Província de São Paulo é de longe a principal responsável pela expansão cafeeira. [...]

A importância do rápido crescimento da produção e deslocamento geográfico só poderá ser entendida se considerarmos as simultâneas mudanças ocorridas ao nível das relações de produção. Ao subir os planaltos de São Paulo, as plantações abandonam o trabalho escravo pelo trabalho assalariado. Com o trabalho assalariado, a produção cafeeira conhece a mecanização (pelo menos uma mecanização parcial, ao nível das operações de beneficiamento do café). Além disso, a possibilidade desse deslocamento é determinada pela construção de uma rede de estradas de ferro bastante importante. Finalmente, o financiamento e a comercialização de uma produção que atinge milhões de sacas implicam o desenvolvimento de um sistema comercial relativamente avançado, formado por casas de exportação e uma rede bancária.

É fundamentalmente por essas razões que o café se tornou o centro motor do desenvolvimento capitalista no Brasil. Convém então examiná-las mais de perto para compreender as características do capitalismo no Brasil.

1. Plantações

1.1. Trabalho assalariado

Com a imigração massiva, o trabalho escravo cedeu lugar ao trabalho assalariado nas plantações de café. Dois terços dos imigrantes chegados a São Paulo, são empregados nas plantações. Um contrato de trabalho padrão é preparado pelo escritório de imigração. [...]

Esse contrato previa o pagamento de um salário base proporcional ao número de pés de café atribuídos ao trabalhador (o trabalhador se engajava de fato com sua família, o número de pés que lhe eram atribuídos podia variar em função, por exemplo, da idade de seus filhos). A esse salário-base juntava-se uma soma variável (uma espécie de prêmio), em função da colheita obtida. Além disso, o trabalhador comprometia-se a efetuar trabalhos exteriores à plantação [...]. O preço da jornada de trabalho fora da plantação era fixado no contrato. Ao lado dessas retribuições monetárias, o trabalhador recebia um pedaço de terra que podia cultivar por sua conta. O local desse terreno, assim como as culturas que nele podiam ser estabelecidas, eram precisadas no contrato. Em geral, as culturas autorizadas eram o milho, a mandioca e o feijão preto, isto é, culturas de subsistência. O produto dessas culturas era, em geral, inteiramente consumido pelo trabalhador e sua família. Contudo, nos bons anos, os trabalhadores levavam ao mercado local o excedente da produção alimentar realizada na terra destinada à subsistência.

Em vez de conceder ao trabalhador um pedaço de terra exterior às plantações, o fazendeiro podia autorizar o trabalhador a realizar culturas intercaladas. Esse sistema era o mais corrente nas plantações novas, dado o tamanho relativamente reduzido dos pés de café e o

estado da terra, ainda muito rica. Esse sistema tinha a preferência dos trabalhadores, porque eles podiam, dessa maneira, manter com menos trabalho as duas culturas. [...] Progressivamente, o sistema das culturas intercaladas tornou-se bastante raro.

(Na sequência, o autor fala sobre a substituição dos imigrantes de origem estrangeira por imigrantes brasileiros nas plantações de café, mas o período extrapola o do nosso curso).

1.2. Mecanização

A substituição do escravo pelo trabalhador assalariado e o desenvolvimento das plantações de café em todo o Estado de São Paulo, acarretam a mecanização de uma parte da produção: as operações de beneficiamento. Os aparelhos construídos em madeira e movidos pela água dos riachos ou pela força humana, predominantes na época da escravidão, foram rapidamente abandonados a partir da década de 1870. As secadeiras mecânicas preparadas pelos fazendeiros Taunay e Silva Teles impuseram-se, do mesmo modo que os classificadores a vapor. [...]

Apesar de limitar-se às operações de beneficiamento, a mecanização não deve ser subestimada. Ela constituiu, de um lado, um meio necessário ao estabelecimento de plantações a distâncias muito grandes do porto de embarque [...]. de outro lado, apesar de a propriedade fundiária ter permanecido sempre o elemento principal que separava os trabalhadores dos meios de produção, a mecanização desempenha também um papel importante nesse sentido. Os produtos eram tratados e ensacados nas fazendas. A organização de uma plantação moderna implicava então na compra de um equipamento cujo preço ultrapassava largamente os recursos da massa de trabalhadores. Além disso, o funcionamento desses equipamentos supunha grandes plantações, capazes de fornecer uma produção suficiente para tornar rentável esses investimentos. Essa mecanização mesmo parcial representava um elemento importante do sistema de grandes plantações dominado pelo capital. [...]

1.3. Estradas de ferro

O desenvolvimento da economia cafeeira não teria sido possível sem as estradas de ferro. As antigas tropas de mulas não podiam escoar uma grande produção espalhada por milhares de quilômetros. Com as estradas de ferro as distâncias deixaram de ser obstáculo importante. Todo o interior de São Paulo estava portanto apto a ser conquistado pelos “pioneiros” do café. As plantações não seriam mais esmagadas sob o peso de colheitas impossível de escoar.

A primeira estrada de ferro do café foi a Sociedade de Estradas de Ferro Pedro II, organizada pelo Governo do Império. Suas primeiras linhas começaram a funcionar em 1859. Progressivamente ela foi buscar o café em todo o Vale do Paraíba e estendeu-se até o Norte de São Paulo e o Sudeste de Minas Gerais. [...]

Em 1858, a São Paulo Railway Co. Ltda. Era organizada na Grã-Bretanha.

Ela foi encarregada de construir uma estrada de ferro ligando o planalto de São Paulo ao porto de Santos. Os trabalhos começaram em 1860, e em 1867, a linha principal (Santos- São Paulo) entrava em serviço.

Outras companhias construíram estradas de ferro para, a partir de São Paulo, servir todo o planalto. Essas companhias – entre as quais destacaram-se a Paulista, a Sorocabana e a Mogiana – foram organizadas pelo capital cafeeiro brasileiro. Seus principais acionistas eram os próprios fazendeiros. No caso da Paulista, os fazendeiros de Campinas, Rio Claro, Limeira e Araras. Um outro exemplo, o principal acionista da Mogiana era o rei do café de Mogi-Mirim, Queiroz Teles. [...]

Com o rápido desenvolvimento da rede de estradas de ferro brasileira a partir de 1860, constitui-se uma infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do capitalismo, em particular na região cafeeira.

2. Capital cafeeiro

O processo de transformação das plantações de café é também o processo de formação da burguesia cafeeira. O desenvolvimento da economia cafeeira é o desenvolvimento do capital cafeeiro. Mas a economia e o capital cafeeiro ultrapassam largamente as plantações. A transformação das plantações faz parte de um processo mais amplo e não pode ser corretamente explicado isoladamente. Em particular, a natureza capitalista dessas transformações e o desenvolvimento do capitalismo que tem por base a economia cafeeira não podem ser determinados unicamente ao nível das plantações.

Desde o começo, os principais líderes da marcha pioneira não se limitaram a organizar e dirigir plantações de café. Eles eram também compradores da produção do conjunto de proprietários de terra. Eles exerciam as funções de um banco, financiando o estabelecimento de novas plantações ou a modernização de seu equipamento, emprestando aos fazendeiros em dificuldade.

Pouco a pouco, eles se afastam das tarefas ligadas à gestão direta das plantações, que são confiadas a administradores. Eles se estabeleceram nas grandes cidades, sobretudo em São Paulo. Suas atividades de comerciantes não se conciliavam com uma ausência prolongada dos centros de negócios cafeeiros.

À medida que a economia cafeeira se desenvolve, o papel das casas de exportação, centralizando a compra de toda a produção, cresce. A importância dos capitais aplicados nessa esfera de economia está ligada ao nascimento dos primeiros bancos. As operações comerciais explicam o nascimento e o desenvolvimento dos bancos.

Encontramos, muitas vezes, os mesmos homens que estão à frente de empresas que desempenham as funções mais diversas. Eles estão também – é importante destacá-lo – à frente do aparelho de Estado, seja ao nível regional (Estado de São Paulo), seja ao nível federal. As biografias dos principais fazendeiros de café são ricas em informações a esse respeito. (Silva, 1981, p. 49-59).



Economia Cafeeira.
(Fonte: <http://tibexa.files.wordpress.com>).

Passemos agora a outro tema, que diz respeito às origens da indústria no Brasil. Lemos em livro que faz parte da Coleção História Geral da Civilização Brasileira, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda, no capítulo: As tentativas de industrialização no Brasil, que

até a década de setenta (do século XIX), não se admite falar em industrialização em nosso país. O que houve foram apenas tentativas de participar das vantagens econômicas e sociais que o avanço tecnológico proporcionava ao mundo ocidental, tentativas que condições tanto de ordem interna como externa levaram ao malogro”. (1971, p. 28).

Num balanço da indústria brasileira no período Sérgio Silva diz que, “até o último quartel do século XIX, os estabelecimentos industriais existentes no Brasil são pouco numerosos e o seu conjunto inexpressivo. Para Roberto Simonsen, o primeiro surto industrial ocorre na década de 1880 a 1890.

Vejamos, contudo, um pouco mais sobre a indústria no período, tomando como referência texto escrito por Francisco Foot e Victor Leonardi, autores da *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*.

Fábricas no Brasil- Império – Predomínio do latifúndio e da escravidão

Não obstante circunstâncias desfavoráveis, houve, durante o primeira metade do século XIX, várias tentativas de implantação de fábricas [...] Eram fábricas pequenas e muitas delas desapareceram no decorrer do próprio século XIX, o que dificulta sobremaneira seu estudo. A fábrica pernambucana (fiação e tecidos de algodão, fundada logo depois da Independência) importou alguns “maquinismos”, mas utilizava exclusivamente o trabalho escravo. Porém, as verdadeiras

fábricas modernas, empregando maquinaria importada e operários livres começaram a se estabelecer na década de 1840, não tanto pelos efeitos protecionistas da tarifa Alves Branco (1844), e sim, muito mais, pelo início da recuperação das exportações brasileiras [...]

Surgiram na Bahia, nos anos quarenta do século passado, fábricas modernas que formariam, até 1860, o núcleo fabril relativamente mais forte do país. Só a partir dessa década é que a Bahia seria ultrapassada em sua produção pelas fábricas do rio de Janeiro. Apesar dessa relativa concentração, sua produção era minúscula [...]

Quando foi realizada a 2ª Exposição Nacional, em 1866, havia apenas 9 fábricas de tecidos no Brasil todo. Nos 16 anos seguintes foram criados 36 novos estabelecimentos. Das 45 fábricas de tecidos existentes em 1882, 12 localizavam-se na Bahia, 11 no Rio de Janeiro, 9 em São Paulo e 8 em Minas. Sobre as demais províncias são mais raras as informações [...]

O número de indústrias aumentou, entre nós, a partir de 1850. Nesta data o país contava com apenas 50 estabelecimentos industriais, incluindo-se aí várias salineiras. Há referências a 10 fábricas de produtos alimentares, 2 de caixas e caixões, 5 de pequena metalurgia e 7 de produtos químicos. Em 1866, como já dissemos, o país todo possuía apenas 9 fábricas de tecidos. Nessa mesma época, mais de 1000 estabelecimentos desse gênero funcionavam nos Estados Unidos. O mercado de tecidos já estava feito, ao passo que o mercado de outras manufaturas existia apenas de forma embrionária. Isso explica, em parte, o desenvolvimento do setor têxtil como a primeira verdadeira indústria moderna surgida no Brasil [...] Isso se deve, também, ao fato dos tecidos constituírem uma mercadoria básica de consumo dos próprios proletários, necessária para a reprodução da força de trabalho.

No século XIX, a indústria metalúrgica ainda era constituída, na sua maior parte, por pequenas empresas [...] Eram, na verdade, oficinas de fundição, apesar de algumas delas empregarem até 200 operários [...] Das metalúrgicas existentes em 1882, quinze possuíam motores a vapor. Além das firmas particulares, também em algumas oficinas do Estado, destinadas a consertos e reparos, fabricavam-se certas peças. É o caso das oficinas do Arsenal da Marinha, no Rio. O mesmo se dava, ainda, nas oficinas da São Paulo Railway, em Jundiaí, e da Estrada de Ferro Pedro II, no Rio de Janeiro. A quase totalidade da matéria-prima consumida nesta indústria metalúrgica nascente era importada [...]

Em relação aos demais ramos industriais existentes no Império, eram quase sempre constituídos de pequenas empresas. É o caso da indústria do couro, tanto no que diz respeito aos curtumes como à fabricação de calçados, malas e outros artefatos [...] nessas fábricas combinava-se o trabalho das máquinas com o trabalho artesanal, de longa tradição [...] A matéria-prima era quase toda importada, pois

a produção dos curtumes nacionais era insuficiente. Grande parte da população, principalmente no interior, ainda andava descalça.

A indústria da chapelaria também era uma das mais antigas. Data de 1825, no Rio de Janeiro, a fundação da primeira fábrica de chapéus. Em 1846, já havia seis fábricas deste ramo, só na Corte, número que chegaria a 21 em 1866. Até então esta indústria exigia pouco capital fixo. Na década de 1860, o processo de fabricação, até então exclusivamente manual, começa a se mecanizar com a importação de máquinas de costura, de lustrar, de engomar, de enformar, além de serras e caldeiras, com abundante emprego do vapor. Aumentava-se, assim, prodigiosamente, a força de produção, exigindo-se, porém, mais capital da parte dos fabricantes. Os chapéus eram de boa qualidade. Os direitos de alfândega eram bastante elevados, a ponto de afastarem quase completamente do mercado os chapéus estrangeiros, o que constitui uma exceção na história econômica daquele período.

As fábricas de móveis e mobílias também eram pequenas no século XIX, sendo raros os estabelecimentos onde a máquina a vapor houvesse substituído a força braçal. O estabelecimento posterior de serrarias a vapor veio auxiliar a produção de móveis, passando os fabricantes a importar máquinas especiais de torner, serrar, etc. A madeira empregada era quase toda brasileira [...] A cola era de produção nacional, mas os espelhos, mármore e ferragens vinham de fora. Os maiores concorrentes dos fabricantes nacionais eram a Alemanha, a França e os Estados Unidos [...] Além do mercado ser restrito, havia ainda, na época, um número muito grande de lojas que só vendiam móveis usados [...]

No ramo gráfico, o Inquérito de 1882 assinala a existência de 25 tipografias no Rio de Janeiro, 14 litografias e 19 oficinas de encadernação. Quase todos pequenos estabelecimentos [...] Em 1866, na Exposição Nacional, os produtos gráficos revelaram possuir já excelente qualidade. Porém, a partir de 1870, com o desenvolvimento da navegação interoceânica, a concorrência das firmas européias tornou-se cada vez maior [...] Muitas impressões passaram a ser feitas na Europa, por conta dos editores do Brasil. “Os romances populares, as ciências modernas, a história universal, os dicionários da língua vernácula e até os jornais de gravuras, tudo se traduz em Portugal e vem para o Brasil”.

Para completar esse rápido panorama da atividade industrial e manufatureira no século XIX, é preciso lembrar ainda a existência de pequenas fábricas de quintal, oficinas nas quais patrão e empregados trabalhavam lado a lado, utilizando número reduzido de máquinas. Isso ocorria tanto no ramo mecânico, como no da produção de cervejas e refrigerantes, macarrão e massas alimentícias, sabão, etc. É do mesmo tipo a atividade desenvolvida nas olarias, cerâmicas, pedreiras e marmorarias [...] O desenvolvimento urbano acarretaria um crescimento muito grande do ramo da construção civil, não só

em São Paulo, como em diferentes pontos do país. O saneamento das cidades, a abertura de novas ruas, a construção de pontes e estradas de ferro, a realização de obras nos portos, tudo isso desenvolvia esse ramo industrial. No século XIX e início do XX, entretanto, a construção civil ainda guardaria muito das características da arquitetura do século XVIII. (Foot e Leonardi, 1982, p. 32-40).

CONCLUSÃO

A cafeicultura é, sem dúvida, o grande destaque quando se analisa o panorama econômico do Brasil no século XIX. Embora outras atividades tenham mantido uma importância regional, foram os capitais obtidos com a produção e exportação de café que marcaram a economia nacional e ajudaram a mudar a face do país.

Além de ter contribuído para o fim da escravidão, sua substituição pelo trabalho assalariado, para o desenvolvimento dos meios de transporte, da urbanização, da industrialização, por exemplo, o café cumpriu papel decisivo no desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

RESUMO

Embora a economia brasileira tenha começado o século XIX ainda dependente da exportação de gêneros agrícolas, do açúcar, principalmente, mas também do algodão, foi o café, à época o terceiro produto mais exportado, o principal responsável pelas mudanças que levaram a novas formas de organização da economia e da sociedade brasileira.

Com produção inicialmente localizada no Rio de Janeiro, a cafeicultura, quando alcançou terras paulistas e estimulou experiências com o trabalho de homens livres, a abertura de estradas e o surgimento de novos meios de transporte, por exemplo, mudou a fisionomia da região e começou a criar as condições para uma nova fase do país. Enquanto isso, a atividade açucareira também passava por mudanças e a produção algodoeira contribuía para o surgimento de fábricas de tecidos, muito embora tenha a atividade industrial tenha avançado pouco no Brasil oitocentista.



ATIVIDADES

1. Indique as principais atividades econômicas do século XIX, localizando-as regionalmente.
2. Faça um pequeno texto explicando a importância da cafeicultura para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.
3. Indique os principais ramos da atividade industrial no Brasil oitocentista.
4. Faça uma pesquisa sobre o surgimento das fábricas de tecidos em Sergipe.



REFERÊNCIAS

- CALDEIRA, Jorge. Mauá: **Empresário do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CANABRAVA, Alice. A grande lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico**. V. 4. São Paulo: DIFEL, 1971. Tomo II.
- FOOT, Francisco; LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil** (das origens aos anos vinte). São Paulo: Global, 1982.
- FRAGOSO, João Luís. O Império Escravista e a República dos Plantadores. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **A Economia cafeeira**. São Paulo: Brasiliense, 1983 (Tudo é História).
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LUZ, Nícia Vilela. As tentativas de industrialização no Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico**. V. 4. São Paulo: DIFEL, 1971. Tomo II.
- _____. **A luta pela industrialização do Brasil**. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império 1871 – 1889**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981.